



09 DE FEVEREIRO 2009
Segunda-feira

- CURITIBANO TEME ONDA DE DESEMPREGO
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS É CONTRA A REDUÇÃO DE SALÁRIOS
- EMPREGO NA INDÚSTRIA EM DEZEMBRO TEM MAIOR QUEDA DESDE 2001, DIZ IBGE
- EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS QUEREM ARTICULAÇÃO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS CRESCE 92,7% NO MÊS EM JANEIRO, MOSTRA ANFAVEA
- PARANÁ TEVE QUEDA DE 6,06% NA VENDA DE VEÍCULOS NOVOS
- MAIS FÉRIAS COLETIVAS REDUZEM RITMO NA FORD
- NISSAN ANUNCIA PREJUÍZO E DEMISSÃO DE MAIS DE 20 MIL
- MONTADORAS PERDEM REFERÊNCIA
- OCDE VÊ DESACELERAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA
- EMPRESAS RECORREM À JUSTIÇA CONTRA EXCLUSÃO DO SIMPLES
- INSS SOBRE AVISO PRÉVIO JÁ TEM PRIMEIRAS LIMINARES
- GOVERNO ESTUDA PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À INDÚSTRIA
- FIEP PROMOVE ENCONTROS REGIONAIS PARA DEBATER REFLEXOS DA CRISE ECONÔMICA

Câmbio		
Em 06/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,265	2,265
Euro	2,931	2,932

08/02/2009 – Gazeta do Povo

Mais da metade dos curitibanos consideram-se preocupados ou muito preocupados com seus empregos em 2009. E 42% deles acreditam que o impacto da crise econômica mundial sobre o mercado de trabalho brasileiro foi muito grande – outros 40% dizem que este impacto foi médio. Os dados constam de pesquisa encomendada pela Gazeta do Povo à Paraná Pesquisas. E mostram que o cidadão de Curitiba está pouco confiante em relação à recuperação do mercado de trabalho neste ano.

Dentre uma série de itens, o emprego aparece em segundo lugar como a maior preocupação dos entrevistados neste ano, com 22,3% das respostas. Perde só para a violência, com 44,5%. Dos que declararam estar sem trabalho, a maioria (48,4%) diz estar pouco confiante em relação às chances de conseguir uma nova colocação.

O período de levantamento dos dados, entre os dias 28 e 29 de janeiro, carrega consigo o pessimismo gerado pela divulgação dos números do mercado de trabalho brasileiro no ano passado. Só em dezembro, foram fechadas 655 mil vagas no país, 49 mil delas no Paraná. Em ambos os casos, são os maiores números de que se tem notícia.

Para o professor de Estratégia de Empresas e Plano de Negócios do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (Isae/FGV) Luciano Salamacha as expectativas negativas em relação ao emprego têm sido alimentadas principalmente pelos anúncios da indústria de base e do setor metalmeccânico. “São setores que estão sofrendo efetivamente uma repercussão da crise econômica mundial. A General Motors, por exemplo, tem sua unidade superavitária na América Latina. E ela tem que remeter mais recursos à sua matriz. As multinacionais daqui estão sendo forçadas a devolver capital para suas matrizes”, explica.

Os dados da Paraná Pesquisas mostram ainda que 45,1% – a maioria – dos curitibanos avaliam como “regular” o mercado de trabalho brasileiro no momento, e 28,8% – novamente a maioria – acreditam que ele continuará neste patamar daqui a um ano.

No entanto, diz o professor Salamacha, não se deve generalizar problemas específicos. “Se a taxa de desemprego é real, ela é mais incidente sobre o setor industrial, e não sobre o setor de comércio e de prestação de serviços.” Estes últimos, diz ele, ainda não foram seriamente impactados pela crise internacional e reservam algumas oportunidades.

“Eu acho que é normal ter medo. Um empregado que tem família para sustentar e outros compromissos acaba se sentindo assim, mas não pode deixar o medo se transformar em pessimismo”, avalia Alex Weymer, coordenador da especialização em Gestão Estratégica de Pessoas da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR). Para ele, o investimento na própria capacitação pode ser a chave para se proteger neste momento. “E isso não serve só para nível executivo, serve também para nível operacional”, diz.

Além disso, o professor Salamacha acredita que o mercado de trabalho no Brasil sofrerá menos que em outros países. “Comparada a outros países, a queda do emprego vai ser bem menor no Brasil. Enquanto os outros estão em recessão, aqui

nós estamos vendo a redução do crescimento. A taxa de desemprego varia um pouco para cima, mas não o suficiente para dizer que a gente está desesperado.”

SINDICATO DOS METALÚRGICOS É CONTRA A REDUÇÃO DE SALÁRIOS

07/02/2009 – O Estado do Paraná

Enquanto, em São Paulo, acordos no setor metalúrgico que preveem redução de jornada de trabalho e de salários começam a ficar comuns e chegam a ser defendidos por entidades como a Força Sindical - que já fechou acordos que envolvem cerca de 5,8 mil trabalhadores -, no Paraná a possibilidade de medidas semelhantes serem aceitas pelo sindicato da categoria continua remota. Por enquanto, os acordos têm envolvido principalmente a suspensão temporária do contrato de trabalho, e envolvem cerca de 1,5 mil empregados.

A suspensão do contrato de trabalho já foi adotada, no Paraná, em quatro empresas da categoria. O último acordo foi feito na Yazaki, na terça-feira (3), onde cerca de 400 metalúrgicos ficarão afastados por cinco meses e terão estabilidade pelo mesmo período, depois que voltarem ao trabalho. Os salários serão pagos normalmente, sendo uma parte paga pela empresa e outra com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) também já fechou acordos semelhantes na Renault, em São José dos Pinhais, onde são cerca de mil os empregados com contratos suspensos, desde o dia 5 de janeiro.

Na Maflow, sediada na Cidade Industrial de Curitiba, o acordo envolve 123 funcionários, e na Alusur (São José dos Pinhais), são 18 empregados. Em ambas, os acordos foram feitos em 26 de janeiro, e seguem os mesmos termos dos realizados com a Renault e a Yazaki.

Ao contrário dos sindicatos de São Paulo, que têm aceitado propostas de redução de jornada de trabalho e de salários, o SMC vem se posicionando contra a medida. O presidente do SMC, Sérgio Butka, já declarou que considera tais propostas um retrocesso, e criticou os sindicatos que estão as aceitando.

Ao mesmo tempo, o sindicato já sinalizou que qualquer tentativa de flexibilização dos direitos dos trabalhadores será aceita apenas em último caso, e que as empresas terão que comprovar que estão “mal das pernas” para que um acordo possa ser feito. A posição é semelhante ao do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que por sua vez já fechou acordos de redução de salários e jornadas de trabalho este ano.

Bosch

As negociações entre o SMC e a Bosch, que desde a última semana passaram a ser intermediadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), devem ter novos desdobramentos apenas daqui a duas semanas. No dia 19, deverá acontecer uma nova reunião entre as partes, que discutem uma proposta da empresa para a redução de salários e de jornada de trabalho em 20%.

Na última reunião realizada no MPT, na segunda-feira (2), a Bosch se comprometeu a divulgar seu balanço financeiro ao sindicato até a próxima quarta-feira (11). A medida foi acordada porque o sindicato quer que a empresa prove a necessidade das medidas que pretende adotar.

Na semana passada, quando o sindicato protocolou o pedido de providências no MPT, a Bosch alegou que as ações eram necessárias para a empresa enfrentar a atual crise de produção.

EMPREGO INDUSTRIAL CAIU 3% NO PR

10/02/2009 – Gazeta do Povo

A retração na produção industrial no fim de 2008 foi acompanhada pelo encolhimento no nível de emprego no setor. Em dezembro, houve uma queda de 3,08% no número de pessoas trabalhando na indústria paranaense, na comparação com o mesmo mês de 2007. No Brasil, a retração foi de 1,1% no mesmo período. O número negativo coloca fim a uma sequência de 29 meses de crescimento do índice. Além disso, a pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a maior diminuição mensal da série iniciada em 2001, uma queda de 1,8% de novembro para dezembro.

O efeito da crise sobre o emprego industrial começou a aparecer entre setembro e outubro, mas se intensificou em dezembro. Para especialistas, isso mostra que desde o início parte das empresas não encarou o esfriamento do mercado como passageiro. "Em um cenário de muita incerteza, como foi entre outubro e dezembro, muitas empresas preferiram cortar vagas por não enxergar uma possibilidade de recuperação no curto prazo", diz o economista Carlos Magno Bittencourt, professor da PUC-PR.

Reversão

A partir de setembro houve uma grande reversão no mercado de trabalho. O emprego industrial vinha crescendo a uma taxa de 2% ao mês e entrou em território negativo em outubro. O setor de veículos brasileiro, por exemplo, chegou na metade de 2008 com um número de trabalhadores 8% maior do que no mesmo período de 2007, alta que se reduziu a 1% em dezembro. Processo parecido ocorreu nas indústrias de máquinas, equipamentos elétricos e produtos químicos.

No Paraná, as indústrias que registraram as maiores quedas em dezembro, na comparação com o mesmo mês de 2007, foram as de madeira (retração de 21%), vestuário (-20%) – áreas que mesmo antes da crise estavam em queda – e produtos químicos (-19%), que foi bastante afetada pela desvalorização cambial que encareceu a importação de fertilizantes. A pesquisa do IBGE também aponta uma inversão de tendência nas indústrias de veículos, metalurgia e máquinas e equipamentos. As três operavam com índices de emprego mais altos até setembro e passaram a reduzir os quadros a partir de outubro.

O economista Cid Cordeiro, do Dieese, lembra que, segundo o Ministério do Trabalho, o estado perdeu 30 mil vagas na indústria nos dois últimos meses do ano. "Até setembro, o número de vagas abertas pela indústria crescia a uma taxa anualizada de 7%. Em dezembro, esse dado caiu para 3,8%", diz. "O ciclo de transmissão da crise financeira para a economia real foi muito curto e amplo."

A velocidade nos cortes não surpreendeu o economista Gilmar Mendes Lourenço, coordenador do curso de economia da FAE Centro Universitário. "O primeiro trimestre é geralmente mais fraco do que o fim de ano e as empresas se prepararam para um período mais longo de produção menor."

Para Lourenço, os cortes na indústria devem continuar, principalmente nas fábricas de bens duráveis, como veículos, e bens de capital, como máquinas e equipamentos, que ainda tentam segurar a mão-de-obra, apesar das vendas menores. Carlos Magno Bittencourt, da PUC-PR faz análise parecida. Segundo ele, mesmo que haja uma pequena recuperação neste começo de ano, não haverá contratações.

Cordeiro, do Dieese, avalia que há a possibilidade de estabilização do mercado de trabalho. "Os cortes do fim de ano anteciparam um cenário muito ruim. Assim, a geração de emprego terá um desempenho baixo, mas sem a repetição do que se viu em dezembro."

PRODUÇÃO DE CARROS QUASE DOBRA

10/02/2009 – Gazeta do Povo

A produção da indústria automobilística voltou a crescer em janeiro, depois de cinco meses em declínio. No mês passado, foram produzidos 186,1 mil veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) no país, quase o dobro que em dezembro (92,7%). Já as vendas mostraram uma leve recuperação, com alta de 1,5%, atingindo 197,5 mil unidades, contra 194,5 mil em dezembro. Mas, diante dos números de janeiro de 2008 — 255,2 mil veículos fabricados e 215 mil vendidos —, a produção caiu 27,1% e as vendas, 8,1%. Os dados foram divulgados ontem pela Anfavea, associação que reúne as montadoras instaladas no país.

Apesar da melhora dos indicadores de desempenho do setor, atribuída principalmente à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e à recuperação da oferta de crédito, a entidade adiou mais uma vez o anúncio de suas projeções para o mercado este ano. "A redução do IPI teve efeito direto e há uma expectativa de que a recuperação continue, mas ainda é difícil dizer onde vai se estabelecer o novo patamar do mercado", disse o presidente da Anfavea, Jackson Schneider.

Os primeiros números de fevereiro são positivos: até o dia 6, a produção andava a um ritmo de 10,8 mil unidades por dia, e as vendas, de 9,9 mil veículos. "As vendas estão sendo retomadas, mas não esperamos volumes iguais aos de antes", afirmou Schneider.

A produção do setor atingiu seu auge em julho, com 317,9 mil unidades, e hoje está situada em menos de dois terços daquele número. Com as férias coletivas de final de ano, que avançaram até a segunda semana do mês, em alguns casos, e a recuperação nas vendas, os estoques nas montadoras e concessionárias fecharam janeiro em 193.384 unidades, o equivalente a 31 dias de vendas, depois de ter chegado a 305 mil unidades em dezembro, ou 56 dias de vendas.

Questionado sobre as filas para comprar alguns modelos, Schneider negou que as montadoras tenham exagerado nos ajustes na linha de produção. Segundo ele, os problemas de desabastecimento são pontuais.

Mas, se no front doméstico houve avanço, as exportações preocupam. Em janeiro, as vendas externas da indústria automobilística somaram US\$ 428,3 milhões, valor 50,5% menor que o das exportações de dezembro. Diante de janeiro de 2008, essa queda chega a 58,2%. "Todos os nossos mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) estão caindo", observou Schneider.

09/02/2009 – Gazeta do Povo

O emprego na indústria declinou 1,8% em dezembro de 2008 ante novembro do mesmo calendário, na série com ajustes sazonais. Foi a queda mais marcada na comparação com o mês imediatamente anterior desde o início da série, em 2001, revelou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em nota divulgada há pouco.

Na comparação com dezembro de 2007, houve recuo de 1,1% no emprego industrial, a primeira taxa negativa depois de 29 meses seguidos de crescimento e o menor resultado desde janeiro de 2004 (-1,2%). No acumulado no ano passado, contudo, o indicador aumentou 2,1% após acréscimo de 2,2% em 2007.

Pelo levantamento do IBGE, em relação ao mês final de 2007, o contingente de trabalhadores diminuiu em 11 dos 14 locais pesquisados e em 9 dos 18 ramos investigados. As pressões negativas mais significativas vieram de São Paulo (-0,8%), Santa Catarina (-3,2%), Paraná (-3,1%) e região Nordeste (-2%). Entre os setores analisados, foram mencionadas as retrações em vestuário (-8,4%), calçados e artigos de couro (-8,7%) e madeira (-11,9%).

No fechamento de 2008, influenciaram no crescimento de 2,1% no número de pessoal ocupado na indústria 11 locais e 12 ramos. "São Paulo (3,0%), Minas Gerais (4,2%), região Norte e Centro-Oeste (2,6%) e Rio Grande do Sul (2,1%) exerceram as influências mais relevantes sobre a taxa geral", mostrou o IBGE.

Em termos setoriais, os destaques couberam a máquinas e equipamentos, com acréscimo de 10,4%, meios de transporte, que tiveram alta de 8,5%, máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações, com ampliação de 10,6%, e alimentos e bebidas, que verificaram avanço de 2,3%.

EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS QUEREM ARTICULAÇÃO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

09/02/2009 – Gazeta do Povo

Anna Carolina Negri / Valor



Artur Henrique, presidente da CUT, defende benefícios fiscais às micro e pequenas empresas e Refis das prefeituras

A aceleração dos investimentos públicos e das medidas de apoio ao setor imobiliário, somadas à redução das taxas de juros e à desburocratização dos financiamentos pelo BNDES são apontados por representantes de indústrias e da área sindical como medidas que poderiam minimizar com mais eficácia os efeitos da crise financeira internacional. Redução temporária de tributos estaduais e municipais, medidas setoriais e a aprovação do programa de parcelamento de dívidas de contribuições em atraso com a Previdência Social para municípios também são apontados como medidas complementares às ações que o governo federal vem tomando para dirimir os efeitos da crise global.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique dos Santos Silva, divide com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, a tese de que é necessário

reduzir, por tempo determinado, a carga tributária incidente sobre as micro e pequenas empresas, que juntas empregam em torno de 70% da mão-de-obra ocupada no país. Ele observa que o Simples reduziu a carga tributária dessas empresas em até 70% mas, desde que foi adotado, estados retiraram outras desonerações fiscais que havia. "Temos um papel fundamental que é cobrar também prefeitos e governadores, para que trabalhem com a desoneração temporária do ISS e do ICMS para empresas que são grandes empregadoras", afirma.

A Fiesp defende a revisão da tabela para enquadramento das empresas no Simples, com ampliação do limite de receita bruta anual de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,2 milhões e prorrogação do prazo de 15 dias para recolhimento de tributos.

O sindicalista também apoia, mas com restrições, o programa de parcelamento de dívidas de contribuições em atraso com a Previdência Social para municípios, que será discutido entre prefeitos e governo federal nos dias 10 e 11. Muitos prefeitos pedem que débitos já renegociados em programas anteriores sejam consolidados com novas dívidas e parcelados em até 20 anos. "Não tenho nada contra renegociar as dívidas das prefeituras com o INSS, desde que coloquem como contrapartida investimentos em obras que gerem emprego e renda e paguem pelo menos o salário mínimo aos funcionários públicos", afirma.

Artur Henrique e Skaf também concordam que as medidas já adotadas pelo governo federal foram positivas, mas insuficientes para anular os efeitos da crise. Ambos defendem a redução da taxa básica de juros a menos de 10% ao ano, redução do spread bancário e ampliação das linhas de crédito, sobretudo para pequenas e médias empresas. "As medidas já adotadas foram boas. Se não fosse a redução do IPI, a situação do setor automotivo estaria pior. Mas é preciso adotar mais medidas e rapidamente, principalmente para manter o nível do emprego", afirma Skaf.

Para o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) Rogério César de Souza, o governo demorou muito para agir. "O Banco Central perdeu por não sinalizar taxas menores de juros", afirma. Para ele, a Selic alta não só prejudica os negócios atuais, mas também ajuda a reduzir o interesse das empresas em investir no médio prazo. Para Souza, a aceleração dos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a elevação dos aportes na Petrobras e a rápida divulgação de medidas para estimular o setor imobiliário podem contribuir para elevar a confiança do empresariado e reaquecer a economia. "São segmentos que empregam muita gente e cuja cadeia envolve grandes indústrias de transformação", afirma. Ele defende a redução da Selic para 9%.

O professor da Unicamp Júlio Gomes de Almeida considera que as medidas para destravar o crédito "salvaram os bancos, mas não os empregos" e as medidas setoriais trouxeram resultados "pontuais". "O governo demorou muito para mudar o seu diagnóstico da economia, que permaneceu muito otimista quando a crise já havia se agravado no exterior", observa. Para ele, o reforço do caixa do BNDES e o pacote da habitação são medidas que terão impacto mais significativo na economia.

Almeida defende ainda que o BNDES universalize a oferta de crédito. "Há muitas empresas, sobretudo de porte médio, que querem investir, mas estão fora dos setores definidos como prioritários. O banco precisa se adaptar à crise. Não há porque selecionar setores, é hora de estender o tapete vermelho para quem quer investir."

PRODUÇÃO DE VEÍCULOS CRESCE 92,7% NO MÊS EM JANEIRO, MOSTRA ANFAVEA

09/02/2009 – Valor Econômico

SÃO PAULO - As montadoras instaladas no país encerraram janeiro de 2009 com a produção total de 186.124 veículos. O número representa alta de 92,7% frente às 96.586 unidades fabricadas em dezembro de 2008.

Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) divulgados há pouco mostra que foram fabricados 175.902 automóveis e comerciais leves, 7.566 caminhões e 2.656 ônibus no primeiro mês deste ano.

Na comparação com janeiro de 2008, quando a marca foi de 255.228 unidades, houve queda de 27,1% na produção.

(Bianca Ribeiro | Valor Online)

PARANÁ TEVE QUEDA DE 6,06% NA VENDA DE VEÍCULOS NOVOS

09/02/2009 – Documento Reservado



Em todos os segmentos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários), foram emplacados 21.624 veículos, no mês de janeiro, no Paraná, um decréscimo de 6,06% em relação ao mês de dezembro de 2008, no qual foram comercializadas 23.019 unidades.

Para o diretor-geral da Fenabreve-PR, Luís Antônio Sebben, os esforços do governo, juntamente com as montadoras e concessionárias, colaboraram para evitar uma queda ainda maior. "Estamos otimistas com os resultados e vamos manter, em fevereiro e março, as mesmas condições de preços e financiamentos para a compra de veículos novos, inclusive, repassando ao consumidor a redução do valor do IPI", afirma Sebben.

Entre os segmentos que mantiveram menores quedas de vendas no varejo foram os automóveis, com 11.188 unidades, que representa uma leve queda de 2,95% em relação às vendas de dezembro de 2008. Em seguida está o segmento de motocicletas. Ao todo, foram vendidas 7.035 unidades em janeiro, 3,33% a menos que em dezembro de 2008, quando foram comercializadas 7.277 unidades. O único segmento que manteve alta nas vendas, comparado ao mesmo período de 2008, foi o de ônibus. Janeiro fechou o mês com 81 unidades vendidas, 113,16% a mais que o mesmo mês de 2008, que teve um total de 38 unidades.

Já a venda de veículos pesados sofreu as maiores quedas em janeiro. No segmento de caminhões, foram comercializadas 544 unidades, 25,68% a menos que no último mês de dezembro, com 732. Já o segmento de implementos rodoviários fechou o mês de janeiro com 469 vendas no total, 39,09% a menos que o último mês dezembro, que teve 770.

“Os caminhões e implementos são considerados bens de produção. A queda nas vendas destes veículos são maiores do que a de automóveis porque, para as empresas, estas compras significam investimento em patrimônio ou renovação de frota, medidas que estão sendo avaliadas com cautela pelas empresas por conta da situação econômica do país”, explica Sebben.

MAIS FÉRIAS COLETIVAS REDUZEM RITMO NA FORD

09/02/2009 – Valor Econômico

Nos últimos meses, o sobe-e-desce das vendas e dos estoques começou a levar as montadoras a ora dar férias coletivas e licenças remuneradas, ora acelerar o ritmo de produção. Na sexta-feira, a Ford anunciou férias para 800 empregados de São Bernardo do Campo (SP) entre 19 de fevereiro e 16 de março.

Em janeiro, a General Motors dispensou 744 empregados temporários de São José dos Campos (SP) e mais 1,6 mil da mesma empresa, em São Caetano do Sul (SP) poderão também ficar sem trabalho nos próximos dias. Os dois grupos trabalhavam em terceiros turnos, que deixaram de existir.

Ainda no mês passado, a Renault suspendeu o contrato de mil empregados por cinco meses, também cancelando um turno. A Fiat também deu férias em mais de um período, para grupos de trabalhadores distintos, desde que a crise começou.

Tão logo retornaram das férias de fim de ano, as autopeças fizeram ajustes na produção e no quadro de pessoal. A preferência tem sido por redução da jornada com redução de salário, banco de horas, licença remunerada e férias.

Segundo sindicatos, entre janeiro e fevereiro, o número de metalúrgicos com salário e jornada reduzidas chega a 12,2 mil entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, 12 mil dos 18 mil metalúrgicos do setor de autopeças entrarão em férias coletivas.

Em São Paulo e Mogi das Cruzes, com 230 mil metalúrgicos, todas as autopeças retomaram as atividades no fim de janeiro em ritmo mais lento e com menos funcionários. Segundo o sindicato, foram fechados desde janeiro 16 acordos de redução de jornada e de salários e dois de suspensão dos contratos.

Recentemente 680 empregados da Rayton, de São Paulo, aprovaram proposta de redução da jornada em 20%, com redução do salário entre 7,73% a 18% por 90 dias. Também a MWM Motores reduziu a jornada e salários dos 2 mil funcionários de São Paulo em 20% e 17,5%. O presidente da empresa, Waldey Sanchez, afirma que a produção da empresa caiu 40% em dezembro e em janeiro na comparação com o mesmo período de 2008.

NISSAN ANUNCIA PREJUÍZO E DEMISSÃO DE MAIS DE 20 MIL

09/02/2009 – Gazeta do Povo

A montadora japonesa Nissan anunciou planos de fechar mais de 20 mil postos de trabalho em todo o mundo, deslocar a produção para fora do Japão e buscar ajuda dos governos do Japão, dos EUA e de outros lugares, como parte de um novo e amplo esforço para enfrentar a crise econômica. Terceira maior montadora do Japão em volume de vendas, a Nissan também está suspendendo sua meta de obter um crescimento anual de 5% na receita até 2012, objetivo que era um compromisso fundamental de seu atual plano administrativo.

O novo programa de recuperação da Nissan surgiu no momento em que a montadora revelou um prejuízo líquido de 83,2 bilhões de ienes (US\$ 909,626 milhões) em seu terceiro trimestre fiscal, encerrado em 31 de dezembro. O resultado contrasta fortemente com o lucro de 132,22 bilhões de ienes no mesmo período do ano anterior. Foi o primeiro prejuízo da montadora desde que ela começou a revelar dados trimestrais, em 2003.

Para este ano fiscal, que se encerra em março, a Nissan prevê um prejuízo líquido de 265 bilhões de ienes - o primeiro resultado anual negativo desde março de 2000. É também o primeiro prejuízo desde que o brasileiro Carlos Ghosn assumiu o comando da companhia, em 2000, quanto a tirou da beira da falência. Os profundos cortes de empregos marcam um sério revés para Ghosn, que era celebrado no Japão por salvar a empresa. Nos últimos anos ele vinha sendo considerado o maior administrador industrial do mundo, creditado por ter conseguido forjar a complexa aliança entre a Nissan e a Renault. As informações são da Dow Jones.

MONTADORAS PERDEM REFERÊNCIA

09/02/2009 – Valor Econômico

A demanda por automóveis novos no país nunca flutuou tanto. Faz três meses que as montadoras convivem com um vaivém de clientes que desapareceram do mercado na crise do crédito e reapareceram, depois, com a redução do IPI, em número maior do que a os próprios fabricantes de veículos imaginavam. A indústria vive hoje um dilema: não sabe se deve retomar a produção porque as vendas foram melhores nos últimos dias ou se conclui que isso é apenas consequência da redução do IPI, que termina no fim de março.

Nos bastidores, a indústria automobilística tem reforçado seu trabalho de lobby para tentar esticar a vigência do IPI reduzido, em vigor desde meados de maio. Mas seus dirigentes também sabem da pressão, no lado governamental, para que a redução na carga tributária não traga prejuízos nas contas públicas.

Por isso, a princípio, ninguém faz planos contando com a permanência do benefício do IPI além de 31 de março. O risco, no caso, é o setor sair de um primeiro trimestre mais aquecido e entrar no segundo com mais uma drástica queda de vendas. Os prejuízos dessas oscilações atingiriam trabalhadores - que já foram vítimas do impacto da crise em dezembro -, sistemas de distribuição de peças e de manufatura e até os programas da renovação dos automóveis nos próximos anos.

"Perdemos a referência", afirma o diretor de assuntos institucionais da Ford, Rogelio Golfarb. Para ele, o mercado de janeiro, que, contrariando tendência histórica, foi melhor do que dezembro, sustentou-se às custas do IPI menor e de descontos que a indústria tem oferecido para atrair o cliente.

A indústria já se ajustou para um ritmo de produção menor. Os fornecedores de peças trabalham neste trimestre com volumes de encomendas 21% menores, em média, na comparação com os três primeiros meses de 2008. O diretor da TRW, Wislon Rocha, diz que somente as encomendas deste mês estão 24% menores do que em fevereiro do ano passado.

Mas o tamanho da queda no mercado nesse começo de ano ainda é menor do que os executivos que dirigem as montadoras imaginaram quando, em dezembro, recorreram a férias coletivas, licenças remuneradas, demissões e outras maneiras de frear o ritmo das linhas de montagem. A consequência dessa euforia para reduzir estoques surgiu nos últimos dias com a falta de diversos modelos.

Na rede de concessionárias Fiat faltam versões do Punto, Mille, Idea e picape Strada. "Esperávamos uma queda de mercado maior", afirma o diretor de vendas e marketing da Fiat, Lélío Ramos. O executivo está agora preocupado com o nível de estoques nos revendedores, suficiente para apenas 12 dias de vendas. No final de novembro, os estoques de toda a indústria, que tanto assustaram os fabricantes, equivalia a 56 dias de vendas.

Para o executivo da Fiat, a queda de juros deve continuar a ajudar o mercado. É assim que pensa também o presidente da General Motors, Jaime Ardila. "A expectativa é recuperar as condições de crédito", afirma.

Mas o consumidor ainda não voltou ao mercado como um ano atrás, embora os executivos concordem que o ritmo de vendas dos três primeiros trimestres de 2008 não se sustentaria por muito tempo. "Só não esperávamos que a queda no final do ano fosse tão forte", afirma Ardila, da GM.

A oscilação das médias diárias de vendas de veículos zero-quilômetro ao longo das últimas semanas chama a atenção dos dirigentes do setor. Antes da crise, essa média estava em 12,8 mil unidades vendidas por dia, lembra Golfarb, da Ford. A média caiu para 7,3 mil com a repentina falta de crédito. No entanto, subiu para quase 14,5 mil quando o governo decidiu reduzir o IPI.

Golfarb lembra que, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, o consumidor brasileiro não perdeu sua moradia, seu patrimônio. "Ele simplesmente não comprou porque não havia crédito. O problema hoje é que as notícias de desemprego em vários setores deixam os que têm condições de comprar em dúvida. "Aquele que tem dinheiro, mas está cauteloso, não compra; o mais corajoso sem dinheiro não encontra crédito", destaca Golfarb.

Poucos se arriscam a fazer previsões para o ano antes de o trimestre com o benefício do IPI terminar. Mas essa flutuação de demanda e incertezas em relação ao ritmo das linhas podem prejudicar os projetos de desenvolvimento dos futuros carros, na opinião do professor José Roberto Ferro, especialista na área de manufatura da indústria automobilística e presidente do Lean Institute.

Para Ferro, os problemas na eficiência na atual estrutura industrial do setor "não serão dramáticos" se o corte de produção não exceder 15%. Nos últimos dias fábricas se ajustaram para reduções de volumes entre 10% e 15%. Índices abaixo disso poderão comprometer a produtividade, segundo avalia Ferro.

O especialista lembra que muitas fábricas mostraram falhas de eficiência quando trabalhavam em três turnos e com muitas horas extras, antes da crise. Mas, agora o quadro começa a se inverter, sobretudo na indústria de autopeças.

As empresas que eliminaram turnos inteiros de trabalho, como é o caso de General Motors e Renault podem ainda utilizar horas extras para aumentar a produção. Ferro lembra que por meio de horas extras é possível elevar o ritmo em até 20%.

O maior dilema, para o especialista, é lidar com a atual flutuação de demanda sem comprometer os projetos de desenvolvimento de novos carros. "Numa crise esfria o interesse das empresas em investir em novos produtos e modernização das fábricas", destaca. Para ele, os problemas de hoje podem se refletir nos projetos de novos veículos daqui dois a três anos.

Pesa sobre isso a crise que as matrizes das montadoras estão enfrentando em seus países, principalmente as americanas. A remessa dos lucros para o exterior pode diminuir o interesse pelo investimento interno, segundo avalia o especialista.

OCDE VÊ DESACELERAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

09/02/2009 – Gazeta do Povo

Seis meses depois da explosão da crise do sistema financeiro internacional, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) diagnosticou a "desaceleração" da economia brasileira. A análise, revelada na sexta-feira (6), em Paris, foi feita a partir dos Indicadores Compostos Avançados e revela que as perspectivas econômicas dos países desenvolvidos e emergentes para os próximos seis meses são as piores verificadas desde os anos 1970. Mesmo assim, o Brasil ainda enfrenta uma situação menos grave se comparada a de 34 grandes mercados.

Os Indicadores Compostos Avançados servem para indicar a tendência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no horizonte de um semestre. De acordo com o levantamento, o Brasil é o único não classificado com avaliação "forte desaceleração" dentre os 35 analisados. Pelo método utilizado, quedas abaixo de 100 pontos são interpretadas como declínio da atividade econômica em um futuro próximo - de quatro a oito meses. Além de ter o melhor indicador (total de 98,8 pontos), o Brasil é país é o que menos perdeu desempenho em 12 meses (-5,4 pontos).

"Está claro que os efeitos da crise financeira global se mostraram com algum atraso no Brasil", explicou ao Estado, Gyorgy Gyomai, economista da OCDE e autor do relatório. Segundo ele, os indicadores de comércio assinalavam um panorama favorável para o Brasil mesmo quando outros países davam sinais de declínio da atividade. "Não está claro se o declínio da atividade será menos dramático no Brasil ou se ele seguirá com retardo a desaceleração das economias OCDE". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

EMPRESAS RECORREM À JUSTIÇA CONTRA EXCLUSÃO DO SIMPLES

09/02/2009 – Valor Econômico

O Comitê Gestor do Simples Nacional da Receita Federal do Brasil prorrogou de 30 de janeiro para 20 de fevereiro o prazo para que as micro e pequenas empresas manifestem seu interesse em aderir ao Simples Nacional. Entretanto, algumas regras

impostas pela Lei Complementar 123/06, que entrou em vigor em julho de 2007, ainda estão causando polêmica. Uma delas é a proibição da adesão ao sistema para aquelas empresas que possuam débitos de Imposto Sobre Serviços (ISS) e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pendentes de pagamento. Para o advogado Alexandre Medeiros Régner, do Régner & Morais Advocacia, a exigência de regularidade fiscal desses impostos para as empresas que não estavam incluídas no Simples até julho de 2007 é devida. "Mas excluir do sistema as empresas que vinham cumprindo todas as obrigações a elas impostas até julho de 2007 e exigir que comprovem a quitação do ISS e do ICMS devidos antes de julho de 2007, cujo pagamento não era condição para aderir ou para permanecer no sistema, ofende o bom senso e a moralidade administrativa, bem como o princípio da irretroatividade da lei, o ato jurídico perfeito e o direito adquirido previstos na Carta Constitucional", diz.

De acordo com o advogado, Lei Complementar 123/06, está "retroagindo e prejudicando as empresas que pretendem aderir ao Simples". Alexandre Régner, que já entrou com uma ação requerendo que um cliente seu permaneça no sistema sem ter de comprovar o pagamento do ISS e do ICMS, alega que outro problema que a nova lei trouxe é o conflito de competência. "Entrei com a ação na Justiça federal como prevê a Constituição, mas o juizado declinou alegando que caberia à Justiça estadual, agora aguardamos um posicionamento", afirma.

Já para Luciana Terrinha, do Barbosa, Müssnich & Aragão, o Simples é uma forma de benéfica de tributação e "como tal, inclui exigibilidades que devem ser cumpridas". Para ela, a exigibilidade do pagamento de débitos de ISS e ICMS não fere o princípio constitucional e nem deve servir de base para que outras empresas acionem ações no mesmo sentido. "A não ser que tentem na Justiça uma liminar com efeito suspensivo do pagamento desses impostos até que se decida a favor ou contra essas empresas", salienta.

Prova de que a matéria provoca polêmica é que já corre no Supremo Tribunal Federal (STF), duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins), uma, a 3.910, questiona a obrigatoriedade da quitação de impostos estaduais e municipais por meio da lei que instituiu o Supersimples. "Esses impostos, como o ISS e o ICMS, não poderiam ser incluídos na lei complementar porque a legislação disciplina a tributação federal", explica a advogada Bianca Xavier, do Siqueira Castro Advogados. A outra Adin, a 4.033, isenta a contribuição sindical "e já tem gerado divergências". A tributarista vai além e critica a exigência da certidão negativa de débito, pois "torna mais difícil para as empresas se adequarem ao sistema, criando obstáculos para aqueles que pretendem se regularizar", diz.

Regime

O Simples Nacional é o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. O sistema estabelece as normas gerais relativas às microempresas e às empresas de pequeno porte no âmbito dos da União, dos estados, Distrito Federal e municípios.

Considera-se microempresas para efeito do Simples Nacional, a pessoa jurídica que tiver uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240 mil. No caso das pequenas empresas, considera-se as que, em cada ano-calendário, tiverem uma receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

INSS SOBRE AVISO PRÉVIO JÁ TEM PRIMEIRAS LIMINARES

09/02/2009 – Valor Econômico

Começam a aparecer as primeiras liminares a favor da suspensão do pagamento de contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o aviso prévio indenizado. A nova exigência foi imposta pelo Decreto nº 6.727, publicado no dia 12 de janeiro deste ano. Até então, diversas normas, que foram sendo substituídas com o tempo, confirmavam que não haveria a incidência da contribuição ao INSS no aviso prévio - por se tratar de uma indenização de 30 dias paga pelo empregador quando ele decide demitir o empregado sem justa causa e sem o cumprimento do aviso prévio. Com essa modificação, diversas empresas que estão demitindo funcionários por conta da crise já entraram na Justiça em caráter preventivo para pedir a suspensão da cobrança, já que isso aumenta ainda mais os encargos das empresas ao demitir.

A partir do novo decreto, o pagamento de aviso prévio indenizado passa a entrar no total da folha de salários da empresa - que sofre a incidência de alíquotas que podem variar entre 21% e 26%, dependendo da atividade econômica, para o pagamento das contribuições previdenciárias. O empregado também passa a pagar a contribuição sobre o aviso prévio a uma alíquota que varia de 8% a 11%, dependendo do salário, sob o teto máximo de incidência de cerca de R\$ 3 mil.

Somente o escritório Queiroz e Lautenschläger - Advogados já obteve quatro liminares na Justiça paulista nesta semana. "Em todos os casos que entramos com o pedido, a Justiça concedeu", afirma o advogado José Guilherme Carneiro Queiroz. A banca tem argumentado na ação que o parágrafo 9º do artigo 28 da Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe sobre a seguridade social, estabelece que só poderiam incidir as contribuições previdenciárias nos valores de natureza remuneratória pagos ao trabalhador, o que não seria o caso do aviso prévio, considerado como indenização. Outro argumento é o de que, de acordo com o inciso I, alínea "a" do artigo 195 da Constituição, a seguridade social só será financiada sobre a folha de salários - por isso não poderia incidir sobre o aviso prévio indenizado. O advogado também tem alegado nas ações que há vasta jurisprudência entendendo que não incide a contribuição previdenciária no caso. As liminares, em geral, têm reconhecido que há jurisprudência favorável e suspenso a ação até o julgamento do mérito.

O escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice também já entrou com três ações a pedido de empresas. Nesses casos, elas já demitiram funcionários durante o mês de janeiro e aguardam uma resposta do Judiciário para não ter que recolher as contribuições. "Como esses valores só serão recolhidos no dia 15 do mês seguinte às demissões, ainda há tempo para que essas empresas se garantam com liminar para suspender a cobrança", afirma o advogado Juliano Barra. Por enquanto não houve manifestação do juiz nos processos da banca. (AA)

GOVERNO ESTUDA PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À INDÚSTRIA

09/02/2009 – Documento Reservado

A Comissão de Avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo discutirá no próximo dia 12 de fevereiro a prorrogação de incentivos fiscais referentes à redução da base de cálculo do ICMS de mais de dez setores da economia paulista.

A medida será levada à comissão pela Secretaria da Fazenda, em atenção a um pleito da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

A proposta é que o incentivo em vigor, que reduz de 18% para 12% a carga tributária até o mês de junho de setores como o têxtil, couro, brinquedos, higiene pessoal e alimentos, entre outros, seja ampliado até o final de dezembro.

Caso tenha parecer favorável da Comissão, composta pelas Secretarias da Fazenda, do Desenvolvimento e da Economia e Planejamento, a medida seguirá para avaliação do governador José Serra.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

FIEP PROMOVE ENCONTROS REGIONAIS PARA DEBATER REFLEXOS DA CRISE ECONÔMICA

09/02/2009 – Documento Reservado

“O tsunami chegou.” Essa é a avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Rodrigo da Rocha Loures, que abre hoje (9), o Fórum Regional 2009 – Reflexões Sobre a Economia na Vida das Empresas – evento que irá debater como as consequências da crise financeira mundial estão afetando a realidade das indústrias paranaenses. “A grande tarefa é evitar uma longa recessão. Isso dependerá do desenvolvimento da nossa capacidade de articular, alinhar e mobilizar o enorme acervo de competências que se encontra disperso e subutilizado”, afirma Rocha Loures. O Fórum Regional vai oferecer às indústrias paranaenses informações e um diagnóstico qualificado sobre o atual momento econômico, promovendo reflexões sobre seus impactos na economia mundial, brasileira e paranaense e suas reverberações na realidade local dos negócios. O evento terá a orientação do economista Carlos Américo Pacheco, professor da Unicamp e consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Sistema Fiep, e será realizado em cinco cidades paranaenses: Ponta Grossa (dia 9), Londrina (10), Maringá (11), Curitiba (12) e Cascavel (17). “Responder à atual situação exigirá vontade política, superação de nosso viés personalista e muitos sacrifícios. Só a união de esforços é que nos proporcionará poder para mitigar os piores efeitos da crise e, simultaneamente, colher os melhores frutos que ela certamente há de propiciar”, afirma o presidente da Fiep.